

## Programa de Inclusão e Diversidade do Senac São Paulo: identidade de gênero e educação profissional e tecnológica

*Inclusion and Diversity Program of Senac São Paulo: gender identify and  
technical professional education*

**Recebido:** 00/00/0021 | **Revisado:**  
00/00/2021 | **Aceito:** 00/00/2021 |  
**Publicado:** 21/12/2021

**Daniel Camargo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5341-0543>

Nome da instituição: Universidade Católica de Santos

E-mail: [danielcamargoprof@gmail.com](mailto:danielcamargoprof@gmail.com)

**Como citar:** CAMARGO, D.; Programa de Inclusão e Diversidade do Senac São Paulo: identidade de gênero e educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 21, p. 1 – 16, e13158, Dez. 2021. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

### Resumo

Este trabalho analisa, a partir do olhar de professores (as) e alunos (as), as percepções sobre a formação continuada em gênero e sexualidade ofertadas pelo Programa de Inclusão e Diversidade, como também, os entraves e contradições que o avanço do neoliberalismo ocasiona para as políticas educacionais, sobretudo, àquelas que versam sobre inclusão e diversidade em identidade de gênero. Para tanto, utilizamos a pesquisa documental e entrevistamos professores (as) e alunos (os) a partir de roteiro semi estruturado. Considerando a análise documental, constatou-se a ausência de formação continuada em gênero e sexualidade enquanto política pública educacional. As análises das entrevistas demonstram que o Programa enseja um ambiente de EPT mais seguro para expressão da cultural LGBTI+

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais; Educação Profissional; Gênero; Sexualidade.

### Abstract

This essay analyzes, from the perspective of professors and students, the perceptions about continuing training about gender and sexuality promoted by Inclusion and Diversity Program of Senac São Paulo, as well, the obstacles and contradictions that the advance of neoliberalism causes for educational policies, especially those that deal with inclusion and diversity in gender identify. For that, we used documental research and interviews with teachers and students using a semi-structured script. Considering the documental analysis, it was evident the lack of continuing training about gender and sexuality as an education public policy. The interviews carried out show that the existence of Program that deals with gender and sexuality themes provides a safer professional and technological education environment for LGBTI+ cultural expression.

**Keywords:** Educational Policies. Professional and Technological Education; Gender; Sexuality.

## 1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) E AS QUESTÕES DE IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE

As formas de se vivenciar a sexualidade, excetuando-se a heterossexual, são frequentemente discriminadas pela sociedade, como também, pela mídia. Guacira Lopes Louro (2014) intervém afirmando que essa deslegitimação se dá, entre outros fatores, pelo silenciamento que causa a invisibilidade das diferenças. Podemos acrescentar, como expressão desse silenciamento, a ausência de formações iniciais em gênero e sexualidade, como as que vivenciei e que inúmeros outros (as) estudantes de licenciatura vivenciam ou vivenciaram. Para esses e essas, caberá uma formação continuada para tratar dessas questões, visto a lacuna curricular da temática em cursos de licenciatura.

Para além das questões de vivência enquanto professor, pesquisas como a realizada pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 2009, apresentou como resultado que 87% da comunidade escolar da rede pública de ensino (incluindo pais, alunos, professores e servidores) têm algum grau de preconceito contra homossexuais. Os dados foram levantados a partir de entrevistas com 18,5 mil alunos, pais, professores, diretores e funcionários, totalizando 501 unidades (CIEGLINSKI, 2011).

Outros estudos na área têm chegado a resultados semelhantes; segundo a publicação Juventudes e sexualidade (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004) que investigou a mesma temática entre alunos do Distrito Federal, com mais de 10 mil entrevistados, apurou que 40% deles não gostariam de dividir a sala de aula com colegas homossexuais.

Estudos como esses demonstram que é latente a necessidade de se trabalhar a temática nas salas de aulas e, mais ainda, conseguir fortalecer o diálogo sobre o assunto com os educadores e educadoras envolvidos. A consequência do “silenciamento” da questão é grave, como é o caso da evasão escolar. Como dar continuidade aos estudos se o (a) aluno (a) é, muitas vezes, rejeitado (a) em casa e esta repulsa é reiterada no ambiente escolar? Rejeição feita por parte dos colegas de salas e, mais alarmante ainda, por parte de servidores e professores, como acusa a pesquisa da FEA-USP (CIEGLINSKI, 2011).

Ao não se garantir o ambiente escolar como um espaço seguro, pode ter-se como consequência a exclusão de outros direitos como, por exemplo, o do emprego formal, que assola o segmento de pessoas transexuais. Assim, quando se somam as portas fechadas da família, da escola e do emprego formal, o resultado é o número alarmante de mortes e violência. Sobre às questões escolares, Berenice Bento (2011, p. 555) afirma:

[...] quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que “contaminax’m” o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância [...] (BENTO, 2011, p. 555).

A falta de acolhimento da população travesti em ambientes escolares, sobretudo quando comparada com outras identidades de gênero, é evidenciado pelo baixo índice de escolaridade dessas pessoas que, conforme demonstra o “Mapeamento das pessoas Trans na cidade de São Paulo”, em seu relatório final publicado em 2021:

[...] as categorias homens trans e de pessoas não binárias possuem maiores índices de conclusão do ensino médio (64% e 68% respectivamente) que as mulheres trans (48%) e travestis (39%). Em relação a esse achado, pode-se levantar a hipótese, sujeita a confirmação, de que a sociedade brasileira pautada, em geral, em valores morais “machistas” rejeita pessoas com diferentes identidades de gênero e sua permanência na escola, durante a puberdade, leva-as a vivenciar situações de bullying e de ridicularização, motivando-as à evasão escolar. (grifo próprio).

O preconceito, seguido da discriminação, isto é, colocar em prática uma ideia pré-concebida sobre algo ou alguém, são os propulsores das LGBTI+fobias na sociedade, como também nos espaços escolares. Em especial, a população TRANS<sup>1</sup> é assolada e estigmatizada pelo que se propaga como “normalidade x anormalidade”:

(...) o normal é construído socialmente por meio da compreensão do alinhamento entre identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual. Esta construção de normalidade se dá performativamente por meio da reiteração da fala, da performance de gênero e da expressão de gênero (ACOSTA, 2016, p. 16).

Em relação a essa repulsa pelo segmento da população trans, Jaqueline Gomes de Jesus (2013, p.105) em seu artigo “Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio”, afirma:

[...] pessoas trans ainda não são vistas como seres humanos, mas como seres abjetos, porque não são inteligíveis para os padrões hegemônicos de gênero (fundamentados no binarismo) e até mesmo de sexualidade.

Muitos jovens que possuem comportamento distinto do que se espera de um homem e/ou mulher, isto é, do papel/performance social de gênero, podem encontrar espaços escolares propensos a disseminar a transfobia durante a vivência escolar, fato que pode trazer como consequência a interrupção dos estudos por meio da expulsão escolar indireta (ACOSTA, 2016, p. 16).

Mesmo com um relativo avanço no que concerne à garantia de direitos para

---

<sup>1</sup> População TRANS – Travestis, transexuais e transgêneros.

a população LGBTI+<sup>2</sup> (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e outras identidades e sexualidades) – tais como o direito à união estável homoafetiva a garantia do uso do nome social nas instituições de ensino (e o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero - verifica-se que tais ações não têm sido efetivas para garantir uma escola acolhedora que possa trazer luz para essas questões e, sobretudo, o respeito aos Direitos Humanos.

O texto em questão foi concebido durante a crise em decorrência da COVID-19, que, no momento da concepção desse texto (2020-2021) já havia ceifado mais de 400 mil vidas em todo território brasileiro, corroborando com um agravamento da crise política e social:

Temos hoje mais de 14 milhões de pessoas desempregadas, 22% de aumento de casos de feminicídio, **40% mais casos de assassinatos de pessoas trans**. A cesta básica aumenta o preço, ao mesmo tempo em que o auxílio emergencial cai 50% numa conta que **só amplia as desigualdades para quem já vive a subalternidade**. (LEMOS; SÁ; CAVALLEIRE; RODRIGUES, 2021, grifo próprio).

Ainda que a escola, inclusa aqui a de educação profissional e tecnológica, não seja um local livre de estigmas, preconceitos e situações de discriminação para jovens LGBTI+, ficar em casa pode representar um desafio maior, pois amplia a convivência com os (as) agressores (as), principalmente, nos períodos de *lockdown*:

Ficar em casa tornou-se um desafio para mulheres e LGBTs, especialmente travestis e transexuais e outras identidades que sofrem violências intrafamiliares. **A medida obrigou mulheres e LGBTs a permanecerem em convivência com seus agressores por um período mais prolongado**, não à toa casos de feminicídio e transfeminicídio aumentaram em vários estados brasileiro. (LEMOS; SÁ; CAVALLEIRE; RODRIGUES, 2021, grifo próprio, online).

Segundo levantamento realizado pelo Grupo Estadual de Combate aos Crimes de Homofobia (GECCH), no Estado do Mato Grosso, entre os meses de janeiro e agosto do ano de 2020, houve um aumento de 109% nas ocorrências de crimes contra a população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, se comparado com o mesmo período do ano anterior, isto é, 2019:

Os registros de crimes contra a comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) em Mato Grosso tiveram aumento de 109% em 2020, em relação ao mesmo período do ano passado. Entre janeiro e novembro deste ano foram 255 ocorrências registradas, mais do que o dobro de 2019, quando foram registradas 122. No entanto, o número de homicídios registrados apresentou redução de 33% em relação a 2019 (CORREA, 2020, online).

---

<sup>2</sup> A sigla LGBTI+ refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, População TRANS, Intersexuais, e demais identidades e sexualidades.

Agrava-se ao já exposto, a direção assumida pelo Governo Federal, na figura de Jair Bolsonaro (2018-2022), que tem adotado, desde as eleições, um discurso repleto de ódio contra a população LGBTI+. Para além do discurso, o presidente em questão tem desinstitucionalizado políticas da população representada pela sigla:

No caso do subsistema de políticas LGBTI+, a desinstitucionalização do combate à LGBTIfobia tem cedido lugar à defesa da família, caracterizada, nessa acepção, pela união entre homem e mulher cis-heterossexuais e filhos criados dentro de uma matriz heteronormativa (FEITOSA, 2021, p. 76).

Além das questões econômicas, da violência, há piora do estado psicológico/emocional, resultante das repercussões da Pandemia:

De acordo com diagnóstico do Coletivo #VoteLGBT entre 28 de abril a 15 de maio de 2020, **houve piora na saúde mental em 42,72% dos mais de 10 mil entrevistados de todo o país como o principal impacto da pandemia para a população LGBT+.** Uma parcela ainda maior, 54%, afirmou que precisa de apoio psicológico. As novas regras do convívio social, a solidão e o convívio familiar foram mencionados por 39,23%. Dos participantes, 17,62% citaram as dificuldades econômicas como os maiores impactos, por falta de trabalho ou de dinheiro. (LEMOS; SÁ; CAVALLEIRE; RODRIGUES, 2021, grifo próprio, online).

Diante da síntese dos problemas que assolam a população LGBTI+, esse texto foi elaborado a partir de pesquisa que teve por objetivo analisar as percepções dos (as) professores (as) sobre a formação continuada dentro dos temas gênero e sexualidade promovidas pelo Programa de Inclusão e Diversidade do Senac do Estado de São Paulo. Partindo da hipótese que tais formações podem colaborar para a construção de uma educação profissional e tecnológica, de fato, segura para todos e todas.

Ademais, buscou-se dar voz aos alunos (as) de outras identidades de gênero, sobretudo identidades TRANS, sobre como percebem as vivências enquanto estudantes de unidades do Senac do Estado de São Paulo e as questões identitárias. Sobre esse aspecto, e, a partir da análise documental, balizar entraves, contradições e retrocessos que o avanço do neoliberalismo traz para políticas educacionais de inclusão e diversidade.

## 2 POLÍTICAS IDENTITÁRIAS E IDENTIDADE DE GÊNERO

Conforme a sociedade sofre processos de transformação social, a visão que se tem sobre os temas gênero e sexualidade também ganha novas roupagens, discursos e dispositivos de controle (FOUCAULT, 1993). A discussão em torno dessas

duas grandes temáticas está intrinsecamente relacionada com outros fatores, como as questões de geração, raça, nacionalidade, classe, etnia, etc.

Desde a década de 1960, sobretudo provocados pelos movimentos feministas, como também os de gays e lésbicas, o debate sobre identidades e práticas sexuais e de gênero vêm se alargando o que Stuart Hall (1997) vem denominando de “políticas de identidades”.

Já nas últimas décadas, podemos perceber, além do aumento de produções científicas e de pesquisas nas áreas que envolvem gênero e sexualidade, transformações que fazem abalar as estruturas sociais, que durante muito tempo, excluía a dimensão social dos aspectos relacionados ao gênero e a sexualidade:

As novas tecnologias reprodutivas, as possibilidades de transgredir categorias e fronteiras sexuais, as articulações corpo-máquina a cada dia desestabilizam antigas certezas; implodem noções tradicionais de tempo, de espaço, de “realidade”; subvertem as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer. Jornais e revistas informam, agora, que um jovem casal decidiu congelar o embrião que havia gerado, no intuito de adiar o nascimento desse filho [...] revelam batalha judicial de indivíduos que, submetidos a um conjunto complexo de intervenções médicas e psicológicas, reclamam uma identidade civil feminina para completar o processo de transexualidade que empreenderam [...] (LOURO, p. 10-11, 2019).

Nas constituições de nossos corpos e respectivas identidades, durante muito tempo a educação, de modo amplo e geral, ficou resguardada na égide da certeza de que as características biológicas, presentes em corpos lidos como femininos e, na ponta contrária, os lidos como masculinos, “naturalmente”, traziam consigo distinções comportamentais para o que é ser mulher e o que é ser homem. É essencial a contraposição a esse tipo de argumentação que, como já vimos, é parte chave na manutenção da violência contra pessoas LGBTI+ em espaços escolares.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, por meio de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental (LOURO, 2014, p. 24-25).

Para compreender como se dão as redes de poder dentro das categorias gênero e sexualidade, é necessária a compreensão dos conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e identidades sexuais. Ao sexo biológico nos referimos às características corpóreas relacionadas com o que convencionalmente se “naturalizou” chamar de masculino e feminino, ou, homem e mulher. Essa visão binária de se

enxergar todos os aspectos da vida social, invisibilizou, além de outras questões ligadas ao fator da invisibilidade, como um deles muito aqui ressaltados: o da violência contra a população trans.

Quebrando um senso comum, muitas vezes encontrado até mesmo dentro dos discursos escolares/científicos, o sexo biológico também não pode ser “enquadrado” em somente duas variantes, como ocasionalmente se acredita, masculina e feminina, temos identidades sexuais (de sexo biológico) intersexuais.

Já a identidade de gênero institui a identidade de um sujeito, assim como a etnia, classe e nacionalidade, por exemplo. Afirmamos que alguém é homem, negro, brasileiro, entre outras partes constituintes de sua identidade, e que, portanto, nos leva a uma outra afirmação muito importante nas políticas da identidade:

Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são **constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos**. [...] **a justiça, a Igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc.** são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” – produzem-se ou “engedram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc) (LOURO, 2014, p. 28-29, grifo próprio).

Gênero, então, passa a ser uma categoria cultural, histórica e política, e por ter esses atributos, é enxergado, estruturado e controlado de diferentes modos em diferentes tempos históricos. O mesmo ocorre com a sexualidade que para Foucault (1998) é vislumbrada como “dispositivo histórico”, ou seja, é invenção social e, por isso mesmo, possui como características a regulamentação, a normatização de práticas e de saberes, o que para o autor é chamado de dispositivo:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não dito são elementos do dispositivo. **O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.** (FOUCAULT, 2014, p. 364, grifo próprio).

Não há nada de simples na constituição de nossas identidades, pois são permeadas também por contradições, visto sermos sujeitos de identidades transitórias, por isso, as identidades sexuais e de gênero, como todas as demais, “têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais.” (LOURO, 2019, p. 13).

Como a identidade de gênero irá se formar a partir do que se compreende por gênero, temos então, segundo Butler (2019, p.56, grifo próprio), que:

[...] gênero não é um substantivo, tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é. **Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra.**

Para amparar as nomenclaturas utilizadas para questões referentes a identidade de gênero, se faz necessário a distinção de dois prefixos, são eles o CIS e o TRANS.

Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. Como já foi comentado anteriormente, nem todas as pessoas são assim, porque, repetindo, há uma diversidade na identificação das pessoas com algum gênero, e com o que se considera próprio desse gênero (JESUS, 2012, p. 10).

Em contrapartida, as pessoas não-cisgêneras, são as que não se identificam com o gênero imposto ao nascimento, podendo ser denominadas de transexuais, transgênero ou somente trans. Dentro do universo T (travestis, homens trans, mulheres trans, trans não-binários etc.), adotaremos para esse trabalho, as nomenclaturas do segmento feitas pela CLADEM<sup>3</sup>:

*Pessoas transexuais:* são aquelas que possuem uma identidade de gênero oposta ao sexo que lhes foi designado ao nascer. Em sua grande maioria recorrem a modificações corporais, tais como tratamentos hormonais ou cirúrgicos. Mesmo assim, existem muitas pessoas transexuais que optam por não levar adiante tais modificações, por razões médicas, econômicas, reprodutivas, ou simplesmente porque não o desejam.

*Pessoas transgêneras:* são aquelas que se identificam a si mesmas com gênero diferente daquele que lhes fora designado ao nascer, e que relacionam de maneira contingente seu corpo, sua identidade, sua expressividade e sua sexualidade. Podem modificar ou não seu corpo através de meios hormonais e/ou cirúrgicos, com fins expressivos, eróticos ou de bem-estar pessoal.

*Pessoas travestis:* no contexto latino-americano definem-se assim aquelas pessoas que tendo sido designadas ao gênero masculino ao nascer, expressam-se a si mesmas em modos auto-construídos da feminilidade. Podem modificar ou não seu corpo através de

---

<sup>3</sup> Rede Latino-americana de Católicas pelo Direito de Decidir, CIDEM, Campanha 28 de Setembro, Comissão Internacional de Direitos Humanos para Gays e Lésbicas – Programa para a América Latina, Cotidiano Mujer, Flora Tristán, Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe, Rede Feminista de Saúde, Rede Latino-americana e Caribenha de Jovens pelos Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos, REPEM-DAWN e S.O.S Corpo.

procedimentos hormonais e/ou cirúrgicos. A emergência do travestismo como um gênero definido em seus próprios termos se relaciona com a politização da experiência travesti realizada pelas ativistas e teóricas travestis da região. (CLADEM, 2007, p.25)

### 3 BNCC, NEOLIBERALISMO E MANUTENÇÃO DA HETERONORMATIVIDADE

As instituições escolares são locais privilegiados para a construção e/ou manutenção de traços identitários de crianças, adolescentes e jovens. Quando o marcador dessa identidade se entrelaça com questões de gênero e sexualidade, percebemos tentativas de reproduzir como modelo o padrão cisgênero e a heterossexualidade, como se, muitas vezes, as demais identidades de gênero e performances de sexualidade não fossem possíveis de serem vividas e expressadas, pois na reformulação da matéria dos corpos (BUTLER, 2019).

Para Foucault (2013), a escola, com a sucessão dos assuntos ensinados, com aumento gradativo de dificuldade entre eles, ordena cada indivíduo segundo “sua idade, seu desempenho, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; [...] umas ideias que **marcam uma hierarquia dos saberes ou das capacidades [...]**” (p.125, grifo próprio). E com tal hierarquia, a escola traduz e reproduz valores e a ideia de mérito, visto que indivíduos ocupam locais diferentes de acordo com a obediência para/com a hierarquia curricular ou comportamental. Sobretudo, deve-se frisar que a escola replica os princípios morais presentes em outras esferas sociais, como o da sociedade cunhada na heteronormatividade e, desse modo, coíbe práticas que fujam a tal conceito.

Como exemplo das considerações tecidas anteriormente, citamos a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que em suas 600 páginas não faz menção nenhuma ao trabalho com a diversidade sexual e/ou gênero enquanto constitutivo da identidade das pessoas, dos (as) alunos (as). Vale lembrar que se tornar visível é uma das principais pautas dos movimentos LGBTI+, de uma educação voltada para os Direitos Humanos, vale ressaltar que a invisibilidade integra uma forma de violência.

Para o estudo aqui proposto, o avanço da reforma empresarial da educação (FREITAS, 2018) traz perdas enormes para o movimento LGBTI+, perpassando, novamente, pela invisibilidade, como o caso do apagamento de tais questões na BNCC:

A diversidade cultural e histórica – ainda que admitida – não é reconhecida, já que os processos de avaliação são conduzidos a partir da “cultura oficial” das bases nacionais curriculares (FREITAS, 2018, p. 113).

A afirmação de Freitas (2018) se comprova quando realizada uma análise do documento, especialmente, no que tange às questões de gênero e sexualidade. Para as especificidades da população travesti, transexual/transgênero da qual a luta primária foi pela visibilidade em todas as esferas da vida humana, sobretudo a política. Entretanto, não há nenhum saber relacionado a “identidade de gênero” na BNCC: ao buscar pelo termo “gênero” (contando com o plural – “gêneros”), o documento cita a

palavra em 320 ocorrências e todas elas versam sobre conteúdo linguístico relacionado aos gêneros de textos / textuais.

Para a população LGBTQIAP+, os currículos engessados, como a BNCC, que além de expressamente apagar tais identidades, agora também se preocupa com os comportamentos adequados, na maneira de sentir e reagir, trazem novamente dúvidas sobre a possibilidade de proteção que os movimentos sociais lutaram tanto - primeiro, para se tornar visível e, posterior, nas tentativas de implementação políticas que garantissem situação de segurança para população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais, e outras identidades e sexualidades em espaços escolares: “Esse processo padroniza (...) a formação e **elimina a diversidade de projetos formativos nas agências de preparação de professores** (FREITAS, 2018, p.106, grifo próprio)”.

#### **4 PROGRAMA DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE DO SENAC SÃO PAULO: PERCEPÇÕES DOS (AS) PROFESSORES (AS) SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA EM GÊNERO E SEXUALIDADE**

O Programa de Inclusão e Diversidade do Senac São Paulo, implementado em 2002, tem como objetivo a promoção de um ambiente mais inclusivo para questões relativas à diversidade em suas unidades escolares e, para tanto, trabalha de maneira ampliada, promovendo formações continuadas e atividades culturais que envolvem, por exemplo, PCD (pessoas com deficiência) e pluralidade de identidades afetivas e de gênero, foco desse texto:

Para o Senac São Paulo o ato de incluir tem como princípio eliminar barreiras para que as pessoas se desenvolvam em condições de igualdade, respeitando sua individualidade e valorizando as diferenças. Nesse sentido, busca estimular o desenvolvimento dos funcionários, independente de suas características físicas, sociais ou culturais.<sup>4</sup>

Os (as) professores (as) preteridos para serem entrevistados (as), foram aqueles e aquelas que participaram da formação continuada em gênero e sexualidade, ofertada pelo Programa de Inclusão e Diversidade desde 2017. Essa formação possui a carga horária de 02 horas, sendo ofertada em forma de diálogo, tendo como objetivo que, ao final, os (as) professores (as) compreendam conceitos-chaves, sendo eles: sexo biológico; gênero; identidade de gênero; expressão de gênero; orientação afetiva (e/ou sexualidade) e relação deles com a EPT. Para compor a amostra desse texto, foram entrevistados (as), via GoogleMeet, quatro professores (as), compostos pelas seguintes características:

---

<sup>4</sup> Ações internas: Programa de Inclusão e Diversidade. Disponível em: <<https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a21497.htm&testeira=457&l&template&unit>> Acesso em 26 de julho de 2021.

**Quadro 1:** Perfil dos (as) professores (as) entrevistados (as)

Nome fantasia	Almir	Barbara	Marcio	Igor
Idade	33 anos	31 anos	50 anos	29 anos
Identificação em relação a sigla LGBTQIAP+	Não há Cisgênero e Heterossexual	Pessoa trans não binária.	Não há. Cisgênero e Heterossexual	Gay. Homem cisgênero e homossexual
Cor / Raça	Branca	Branca	Branca	Branca
Religião	Ateu Não mencionou heranças religiosas familiares.	Nenhuma Criação Católica, abandonou dogmas na época da faculdade. Respeita todas, se diz espiritualizada	Questionando Criação Católica	Nenhuma.
Região em que reside (2021)	Interior/SP	Interior /SP	Interior /SP	Interior / SP
Escolaridade	Superior Completo	Superior Completo	Pós-Graduação Completa	Pós-Graduação Completa
Tempo como docente Rede Senac	11 anos.	03 anos	04 anos	09 anos.

Fonte: Elaboração do autor.

Das considerações sobre a formação continuada em gênero e sexualidade ofertada pelo Programa, todos (as) os (as) entrevistados (as) a consideraram importante, mas não o suficiente para se garantir uma escola profissional de educação profissional e tecnologia realmente inclusiva:

Eu acho que é muito importante, principalmente, em diversas áreas, de alguns segmentos mercadológicos. [...] então assim, em segurança de trabalho a gente tem caso, [...] **de indústria que não contrata mulher para não ter que ter banheiro feminino, tipo assim, caramba, por causa de um banheiro você não contrata.** [...]. Aí não contrata a Técnica de Segurança no trabalho mulher porque não tem banheiro ou porque ela vai ser assediada, então, é mais fácil não contratar, **você exclui aquela pessoa do mundo do trabalho e para que não haja essa discussão no mercado.** E a gente está formando um novo mercado, o importante, a parte talvez **pronta do negócio é que a gente forme alunos que sejam capazes de discutir isso aí no mercado de trabalho, dentro da empresa que trabalham, que atuam, fazerem uma campanha, alguma coisa, e trazer isso para discussão. Senão, perde o sentido, não deve morrer na escola** (ALMIR, junho, 2021).

Como podemos perceber, o relato do professor Almir nos coloca a refletir sobre como a discussão não pode “morrer na escola”, isto é, deve trazer a transformação também para o mundo do trabalho. Em outro excerto de seu depoimento, Almir se posiciona sugerindo que os assuntos referentes à identidade de gênero devem estar presentes em todos os currículos de cursos ofertados pelo Senac, o que atualmente, segundo o entrevistado não é uma realidade.

Outro depoimento importante é o da professor Barbara que se assumiu enquanto pessoa trans não binária após ter sido aprovada em processo seletivo para atuar na rede Senac São Paulo e afirma:

[...] para mim ele faz muito sentido [Programa de Inclusão e Diversidade], porque é só através dele, sabendo que tem na empresa e que, né, se ninguém seguir está indo contra uma normativa da empresa, um projeto institucional, para mim foi o pilar, não só para me entender, né, porque eu me entender enquanto pessoa trans foi alheio a instituição, mas depois que você se entende, teve o processo de eu transicionar, né, e assumir isso esteticamente e fisicamente dentro de sala. E aí eu só consegui fazer isso porque eu sabia que existia, né? (BARBARA, junho, 2021, grifo próprio)

## 5 IDENTIDADE DE GÊNERO E EPT: ALUNOS (AS) TRANS NA REDE SENAC SÃO PAULO

Para problematizar a questão da identidade de gênero no contexto da educação profissional e técnica do Senac São Paulo, foram preferidos (as) alunos que se identificassem enquanto trans. Assim sendo, foram entrevistados 03 estudantes que estudaram ou que ainda estudam em alguma unidade do Senac do Estado de São Paulo. Dos (as) três entrevistados (as), somente um deles, no caso Lorena (nome fantasia), que não quis conceder a entrevista via *GoogleMeet* e enviou seus comentários sobre o roteiro estruturado, via e-mail. Além disso, a entrevistada em questão foi a que relatou não ter sentido diferença entre estudar no Senac São Paulo e em outras escolas, em matéria de preconceito e discriminação. Abaixo, um perfil a respeito dos (as) entrevistados (as):

**Quadro 2:** Perfil dos (as) alunos (as) trans entrevistados (as)

Nome fantasia	João	Pedro	Lorena <sup>5</sup>
Idade	24 anos	21 anos	29 anos
Cor / Raça	Branca	Branca	Branca
Religião	Nenhuma	Nenhuma	Umbandista

<sup>5</sup> A entrevistada em questão, se dispôs a responder somente por escrito. As demais entrevistas foram conduzidas em tempo real, via *GoogleMeet*.

<b>Identificação (LGBTQIAP+)</b>	T e G: Homem transexual e Gay	T e P: Homem transexual e Pansexual	T: Mulher transexual
<b>Região em que reside (2021)</b>	Interior/SP	Interior/SP	Capital
<b>Escolaridade</b>	Superior Incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior completo
<b>Profissão</b>	Estudante	Estudante	Assessora de imprensa
<b>Situação no Senac (2021)</b>	Concluinte em Técnico em Segurança do Trabalho e cursando Bombeiro Civil	Cursando Técnico Administração	Concluinte Cursos Livres

Fonte: Elaboração do autor.

Lorena ainda afirmou ter sofrido assédio por parte de um dos colegas de sala, fato já ocorrido em outras instituições de ensino:

No Senac, que era com adultos, teve um rapaz que meio que dava em cima de mim, passava a mão e não era feito nada. Você via que tinha algo a mais e não faziam nada. Tinha um medo horrível de ir até lá todos os sábados, horrível! (Lorena, maio. 2021).

O fato narrado por Lorena coaduna com narrativas presentes em outras pesquisas na área, como o caso da dissertação de mestrado de Tássio Acosta intitulada “Morrer para nascer travesti: performatividades, escolaridade e pedagogia da intolerância” (2016), em que o pesquisador colheu narrativas de alunas travestis e as mesmas narraram ter enfrentado episódios de assédio moral e sexual após reivindicarem suas respectivas identidades de gênero.

Já em relação aos demais entrevistados, dois homens transexuais, ambos afirmam ter tido experiências positivas nas unidades do Senac que estudaram, como o caso do relato de Pedro, em que logo nos primeiros dias de aula, soube que era possível usar o nome que preferiria ser chamado:

E aí, depois que eu defini qual era o nome que eu me identifiquei, foi engraçado que eu nunca pensei nesse nome também, eu cheguei para a professora e falei “eu posso mudar meu nome na chamada?”, ela: pode, no Senac a gente pode usar nome social e tudo. Eu fiquei muito feliz, eu ia começar do zero, em um lugar novo, com pessoas novas, que não sabiam o meu nome de antes. **Então, eu ia poder ser eu, sabe, eu fiquei muito feliz.** (Pedro, junho, 2021, grifo próprio).

Já em relação às experiências profissionais, foi relatado dificuldade de entrada no Mercado de trabalho, como o caso de Pedro que encontra-se desempregado. Como também, dificuldade de permanência, conforme relato apresentado por João – o mesmo narrou que teve uma experiência de estágio em um Fórum de sua cidade e que, a partir do momento que reivindicou sua identidade de gênero masculino, passou por uma série de discriminações que culminou em seu pedido de quebra de contrato de estagiário:

Quando me viam como uma mulher, tinha gente que me ajudava a fazer os trabalhos, um cara formado em Direito, [eu] ganhava chocolate de quem eu atendia. **Quando comecei a transição, ainda não era passável, recebi perguntas do tipo “como que é que você transa?” – um contador me perguntou isso no balcão. Fiz uma reclamação dele, ficou banido e depois voltou e continuou fazendo, então, contei de novo para o chefe, e o chefe não fez nada. Pedi demissão** porque teve uma situação de uma mulher “não sei como deixam uma coisa dessa ficar no atendimento” – fiquei arrasado nesse dia...Ela foi até lá dentro reclamar de mim, por eu ser uma coisa. (João, junho, 2021, grifo próprio).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das barreiras pontuadas, tanto por alunos (as) quanto por professores (as), quando o tema é EPT e identidade de gênero, é importante salientar que se manter uma formação continuada em gênero e sexualidade para um ambiente escolar é de suma importância quando pensamos no compromisso da educação com os Direitos Humanos.

Ademais esse tipo de ação integra uma educação comprometida com os Direitos Humanos, especificamente com os Princípios de Yogyakarta – que versam sobre a aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e de identidade de gênero – sendo o Brasil um de seus signatários.

Cabe aqui resgatar as consequências da contaminação das ideias neoliberais para as políticas educacionais brasileiras, posto que a lógica do capital dilui a solidariedade, o que acarreta embaraços para que possamos criar relações livres de opressões de gênero e/ou sexualidade.

Por fim, não restam dúvidas da importância de uma formação continuada que verse sobre os temas gênero, sexualidade e EPT. Entretanto, somente essa ação não garante a construção de ambientes escolares seguros para a população LGBTI+. É necessário, nesse aspecto, que se garanta espaços dentro dos currículos dos cursos para a discussão dessa temática também em sala de aula, sendo esse um passo que possivelmente abra portas para que a população trans, principalmente, consiga adentrar e se consolidar no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G.; SILVA, L.B. **Juventudes e sexualidades**. Brasília: UNESCO/Brasil, 2004. Disponível em [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/juventudes\\_e\\_sexualidade\\_2004.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/juventudes_e_sexualidade_2004.pdf) . Acesso em: 02 dez. 2019.
- ACOSTA, Tassio. **Morrer para nascer travesti: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba-SP, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8448> . Acesso em: 02 abr. 2021.
- BENTO, Bento. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2011, vol.19, n.2, pp.549-559. ISSN 0104-026X.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2019.
- CEDEC - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: relatório de pesquisa**. São Paulo, 2021.
- CIEGLINSKI, A. A exposição do diferente. Políticas Públicas. **Revista Educação**, agosto de 2011. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/a-exposicao-do-diferente/> . Acesso em: 02 dez. 2019.
- CORREA, Jurandir. **Crimes contra comunidade LGBT aumentam mais de 100% este ano em MT**. Sapícuia, 2020. Disponível em: <https://www.sapicua.com.br/crimes-contra-comunidade-lgbt-aumentam-mais-de-100-este-ano-em-mt> . Acesso em: 20 de ago. 2021.
- FEITOSA, Cleyton. Do “Kit Gay” ao “Ministério da família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v.14, n. 43 p.74-89, jan.jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- HALL, S. **Identidades culturais na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. **História Agora**, v.16, nº 2, pp.101-123, 2013.
- JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. Brasília, 2012.
- LEMOS, Andrey; SÁ, Jean Falcão e; CAVALLEIRE, Silvinha Cavalleire; RODRIGUES, Teodoro. Pandemia, LGBTfobia e os impactos das negligências do estado para esta população. **Conselho Nacional de Saúde**, 2021. Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1640-artigo-pandemia-lgbtobia-e-os-impactos-das-negligencias-do-estado-para-esta-populacao#:~:text=Para%20LGBTs%2C%20ficar%20em%20casa%20pode%20ser%20um%20risco%20de%20viol%C3%Aancia&text=A%20medida%20obrigou%20mulheres%20e,aumentaram%20em%20v%C3%A1rios%20estados%20brasileiro.>  
Acesso em 15 ago. 2021.

LOURO, Guaceira Lopes (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Trad. Por Tomaz Tadeu da Silva. 4ª Ed. 2ª Impressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019 (Argos).

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

**Princípios de Yogyakarta**. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: [dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf) . Acesso em: 20 ago. 2021.